

Formulário de Resposta aos recursos - CES S05 ASSISTENTE SOCIAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 35	Mantém-se o gabarito na alternativa A porque é a única que delimita corretamente instrumentos técnicos como meios e dispositivos de coleta e registro de informações orientados à compreensão e intervenção, articulados a procedimentos e técnicas, sem confundir instrumento com produto documental (relatório, parecer, laudo). As demais alternativas erram por excesso ou por desvio: B mistura tudo como se entrevista, visita e relatório fossem a mesma coisa “com nomes diferentes”; C reduz instrumentos a documentos conclusivos e ainda tenta dispensar fundamentação ética e teórica, o que é um contrassenso; D inventa neutralidade universal e apaga o vínculo com referenciais e projeto ético-político; E troca método por “feeling” e senso comum. Resultado: a questão é objetiva, o comando está claro, e a alternativa O enunciado não menciona a expressão instrumentalidade. Ele recorta, de propósito, um objeto mais específico: instrumentos técnicos no âmbito da dimensão técnico-operativa e o seu estatuto, pedindo justamente a distinção entre instrumentos, técnicas e produtos documentais. Instrumentalidade é um conceito mais amplo, ligado à capacidade e mediação constitutiva da profissão, articulando dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Ela dialoga com o tema, claro, mas não é condição de inteligibilidade para se definir, com precisão, o que são instrumentos técnicos e para separar isso de técnicas (modo de fazer) e de documentos (produto/registro). Em outras palavras, a questão não “esqueceu” a instrumentalidade. Ela apenas não transformou um item conceitual objetivo em uma dissertação sobre o projeto profissional.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 37	O item I está correto justamente por empregar a forma “pode se apresentar como”, isto é, não afirma que fortalecimento de vínculos seja familismo, mas que, em certos desenhos de política e na retórica institucional, a transferência de responsabilidades para a família pode ser recoberta por uma linguagem de “fortalecimento de vínculos”, exigindo leitura crítica e incidência profissional para não naturalizar sobrecarga e culpabilização familiar. O fato de “fortalecimento de vínculos” constar como diretriz protetiva no SUAS não impede seu uso discursivo como “verniz” de arranjos familistas, e o item, inclusive, cobra exatamente essa capacidade analítica. Já o item IV não é impreciso. Ao afirmar “base legal e consentimento quando cabível”, ele reconhece o ponto central: em requisições judiciais, a base legal pode	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

tornar o compartilhamento obrigatório dentro do estritamente necessário, mas permanece o dever de sigilo qualificado, finalidade e minimização de dados, e o consentimento só entra quando houver espaço de decisão técnica e quando a situação permitir, sem confundir colaboração com exposição indevida. O item V, por sua vez, é o que efetivamente não se sustenta. Ele afirma que planos “concentram-se” em curto prazo e que “dispensam monitoramento formal” quando há relatos positivos, o que contraria a lógica de acompanhamento, registro e reavaliação que estrutura o trabalho social com famílias. Ajustar intensidade do acompanhamento é diferente de dispensar monitoramento formal por autodeclaração de melhora, porque “relato positivo” não é carimbo de alta nem substitui registro e análise técnica do percurso. Assim, a alternativa D não pode ser acolhida porque inclui V (falso) e exclui I e IV (verdadeiros). Mantém-se, portanto, o gabarito na alternativa E (I, II, III e IV, apenas).		
--	--	--